

GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A GEOPOLÍTICA EM FACE DE UMA APROXIMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Antonio Marcos Roseira*

Resumo: Nas últimas décadas tem se destacado uma grande popularização da Geopolítica. O termo aparece comumente associado a generalizações sobre políticas de poder, muitas vezes sem qualquer relação com a tradição de produção acadêmica que marcou a disciplina desde o final do século XIX. Essa tradição é definida pela constituição de um sistema teórico próprio que dialoga com a teoria política. Friedrich Ratzel e Halford J. Mackinder são dois dos principais estudiosos que instituíram a disciplina como campo do conhecimento sobre o Estado e as relações internacionais. Ambos sistematizaram as abordagens mais influentes sobre as estruturas territoriais de poder, perspectiva que caracteriza a interpretação geográfica sobre a relação entre Estado, poder e território.

Palavras-chave: Geopolítica, Estado, Território Relações Internacionais, Poder.

GEOGRAPHY AND INTERNATIONAL RELATIONS: BRIEF THEORETICAL COMMENTS ABOUT GEOPOLITICS UNDER AN INTERDISCIPLINARY APPROACH PERSPECTIVE

Abstract: A widespread popularization of geopolitics has taken place in the last decades. The term appears frequently associated with generalizations about power politics, often unconnected to the academic research tradition that has marked the discipline since the late nineteenth century. This tradition has been defined by the constitution of its own theoretical system that interacts directly with the political theory. Friedrich Ratzel and Halford J. Mackinder are two of the prominent scholars who established the discipline as a field of knowledge about state and international relations. Both organized the most influential approaches to the territorial structures of power, a perspective that has been characterized by a geographical interpretation of the relationship between state, power and territory.

Keywords: geopolitics, state, territory, international relations, power.

GÉOGRAPHIE ET RELATIONS INTERNATIONALES: BREFS REMARQUES THÉORIQUES SUR LA GÉOPOLITIQUE DANS UNE PERSPECTIVE INTERDISCIPLINAIRE

* Professor Adjunto dos bacharelados de Relações Internacionais e Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC. E-mail: m.roseira@ufabc.edu.br

Résumé: La popularisation de la géopolitique dans les derniers décennies est évidente. Cependant, le terme est normalement lié à des questions génériques sur les politiques du pouvoir sans aucune relation avec la tradition académique de Friedrich Ratzel et Halford J. Mackinder, par exemple. A partir du trinôme pouvoir-territoire-État ces géographes ont été deux des principales responsables pour instituer la géopolitique en tant que domaine de la connaissance sur l'État et les relations internationales.

Mots-clés: géopolitique ; état ; territoire; pouvoir; relations internationales.

Introdução

Observa-se nas últimas décadas uma retomada generalizada do termo geopolítica, que rompeu os círculos militares e/ou estratégicos para se tornar recorrente nas mais diversas áreas do conhecimento. Intelectuais e pesquisadores de áreas como relações internacionais, ciências sociais, economia, história, comunicação, filosofia, dentre várias outras, têm comumente expressado afeição pelo termo, utilizando-o de modo corriqueiro em seus mais diversos trabalhos. Comumente, ele está associado a concepções genéricas, na maioria das vezes carente de qualquer aprofundamento teórico.

Ironicamente, generalizações vazias e carentes de precisão têm sido fundamentais para popularização da Geopolítica enquanto área do conhecimento. Ainda que esse retorno esteja carregado de boas intenções, seduzindo à esquerda e à direita do pensamento social, também está seriamente desprovido de um esforço teórico que legitime o espaço contemporâneo que vem conquistando na reflexão de diversas outras ciências. A ausência de maior reflexão teórica sobre esse saber não se restringe às áreas que dele tem se aproximado. Atinge igualmente a Geografia e a Ciência Política, disciplinas responsáveis por fundar e estruturar a Geopolítica a partir do final do século XIX.

Grosso modo, podemos destacar três grandes generalizações, onde o emprego da geopolítica aparece circunscrito a determinadas dinâmicas das relações internacionais. Na primeira delas, significa meramente política de poder dos Estados. Seu emprego funcionaria como síntese dos principais métodos de formação/expansão territorial e dos meios de poder diante de outras nações. Numa segunda perspectiva, destaca-se o seu uso contemporâneo quase que exclusivamente para delinear as políticas das

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

grandes potências voltadas aos países em desenvolvimento. Meios de dominação cultural, econômica, tecnológica, política, militar etc., aparecem como componentes de uma “estratégia maior” comumente denominada de geopolítica. Por fim, o termo é utilizado habitualmente para se referir a estratégias de poder econômico. Setores econômicos vitais, desenvolvimento tecnológico, finanças e domínio sobre mercados e recursos naturais, sejam no interior do território ou além-mar, são analisados como componentes de uma estratégia inerente tanto às velhas quanto às novas potências.

De certo modo, as generalizações geopolíticas expressam um saber próprio da atuação interna ou externa do Estado moderno. Mais do que isso, captam parte daquilo que John Agnew (1995; 2003) denomina de imaginação geopolítica moderna, isto é, uma forma de atuação internacional dos Estados surgida na Europa, que consiste numa espécie de racionalização do espaço mundial com sua divisão, ordenamento e representação que refletem uma hierarquia de poder global das principais potências e suas respectivas elites dominantes. Portanto, essa imaginação consiste num poderoso sistema de visualização do globo, cujas raízes estão no encontro europeu com o mundo como um todo (*Op. Cit.*). Trata-se de uma representação sobre o mundo e sua organização espacial. Deste modo, são representações localizadas e datadas. Para Denis Rataillé (2000), um determinado discurso geopolítico depende do lugar de onde é gestado, contendo no discurso histórico uma segunda justificação. Portanto, deve-se considerar que esse saber é tão antigo quanto discursos políticos sobre o território e o poder.

Essas generalizações partem implicitamente do pressuposto de que as ações de um país possuem reflexos geográficos cujas expressões mais conhecidas são a dominação de um território, o controle sobre recursos naturais, a influência direta ou indireta sobre países, regiões do globo e suas respectivas populações, o poder econômico e financeiro sobre determinados países, regiões ou continentes etc. É exatamente o exame desses processos que seria capaz de trazer à luz determinada “racionalidade geopolítica”. O que é insuficiente nesse raciocínio é justamente o que o torna deletério para toda forma de conhecimento ligada à Geopolítica enquanto disciplina. Trata-se da ausência de uma estrutura teórica que ao menos dialogue com a tradição geográfica de pensar a política. De fato, estamos no terreno da ciência política, à medida em que se trata de política de Estado, ou de modo mais preciso, da política territorial dos

Estados (COSTA, 2013). Apesar disso, estamos nos referindo a uma forma singular de pensar as políticas territoriais do Estado. Tomando emprestado uma expressão de Charles Withers (2007), trata-se da “natureza geográfica” de um fenômeno estudado pelas demais disciplinas.

O termo geopolítica foi cunhado pela primeira vez em 1904 pelo sueco Rudolf Kjéllen, assinalando-o como um novo ramo da Ciência Política. Para Kjéllen, a Geografia Política estaria, por sua vez, associada aos geógrafos. Ratzel e Mackinder nunca adotaram o termo criado por Kejéllen. O mesmo pode ser dito de geógrafos norte-americanos, que entre as décadas de 1930 e 1950 optaram por uma distinção explícita, associando-o ao totalitarismo. Apesar dos esforços para diferenciar os objetivos das duas terminologias, o predomínio de uso indistinto se manteve por mais de um século. Sobretudo a partir do final dos anos 1980, muitos geógrafos têm se empenhado em resgatar criticamente a Geopolítica. Nos Estados Unidos e Inglaterra, assim como em outros países, a disciplina é retomada como campo de estudo geográfico sobre a relação entre poder e território. Apesar dos conflitos sobre a nomenclatura ou as verdadeiras finalidades, trata-se de uma área do conhecimento cujas bases se encontram nos primeiros trabalhos acadêmicos elaborados na virada do século XIX para o XX. Ratzel e Mackinder são responsáveis por instituir nesses trabalhos os modelos de análise da relação entre Estado, poder e território, tornando-se as referências basilares dessa tradição.

O presente texto discute os fundamentos teóricos da interpretação geográfica da política entre Estados. Na primeira parte, faz-se uma investigação preliminar sobre a abordagem acerca da relação entre poder e território em contexto nacional e regional, focando nos aspectos que definem a teoria proposta por Friedrich Ratzel. Na segunda parte, o trabalho examina as bases do *approach* geográfico do mundo internacional por meio de uma análise da obra de Halford J. Mackinder, considerado um dos pioneiros no estudo das dinâmicas de poder entre as nações em escala de fato global. Por fim, as considerações finais ressaltam a importância do resgate crítico da obra desses dois geógrafos como aspecto crucial para a interface entre Relações Internacionais e Geografia.

Friedrich Ratzel e as estruturas territoriais internas de poder

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

É a percepção inerente de que todo poder político está ligado a uma situação geográfica da nação ou do mundo internacional que impulsionou o surgimento da Geopolítica em países como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Entretanto, as diferentes tradições geográficas de análise do poder político nesses países possuíam um ponto de partida comum: a indissociabilidade entre sociedade e espaço expressa no conceito de Estado territorial. Fundadores dessa tradição como Friedrich Ratzel e Halford J. Mackinder estabeleceram diferentes análises da relação entre território e poder sem ignorar pressupostos herdados da geografia iluminista, fundada e estruturada por Immanuel Kant, Alexander von Humboldt e Carl Ritter. Ainda que os fundadores da análise geopolítica promulguem *ex post facto* uma espécie de arte (territorial) de governo, o faziam necessariamente por meio de pressupostos erigidos pela construção da ciência geográfica.

Richard Hartshorne (1939; 1950; 1960) nos fornece algumas pistas para a compreensão da estrutura de análise geográfica da relação entre poder e território. A mais importante delas é o fundamento iluminista e kantiano de pesquisa em Geografia. Sobretudo trabalhos como *Politische Geographie* (1897) de Friedrich Ratzel, *The Geographical Pivot of History* (1904) e *Democratic Ideal and Reality* (1919) de Halford J. Mackinder dialogavam com a tradição kantiana de estudos regionais. A geografia regional kantiana foi profundamente marcada pelo levantamento descritivo de fatores pré-selecionados para identificação e análise de determinada dinâmica espacial de uma área específica. Com o surgimento da Geografia Política, esse método denominado de corológico – que está no âmago do desenvolvimento da análise regional como examina detalhadamente Richard Hartshorne (1939; 1950; 1960) - transcendeu à tradição iluminista, cujo motor para as pesquisas em Geografia era a razão científica, como nos lembra Franco Farinelli (2000). Porém, mesmo na geografia regional de tradição kantiana (e mais tarde neokantiana), o conhecimento dos lugares não constituía apenas simples interesse de determinados grupos como viajantes, exploradores ou mercadores. Era um aspecto prioritário à constituição do poder político e econômico do Estado-nação (LENCIONI, 1999).

Com Ratzel, importantes aspectos da geografia regional são fundidos às influências românticas, que por sua vez impulsionaram, como destaca Wanderley Messias da

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

Costa (2013), parte do pensamento clássico sobre a relação entre território e poder. Em Ratzel, o “ideal nacional” ou a “política nacional” deve expressar um território comum (COSTA, 2013). O método ratzeliano estava mergulhado em aspectos que marcaram o romantismo alemão, que segundo definição de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci & Gianfranco Pasquino (1995), tem como característica central a relação indissociável indivíduo-todo. Em Ratzel havia o esforço típico dos pensadores românticos, que como lembra Bobbio, Matteucci & Pasquino (*Op. Cit.*) buscaram substituir uma relação social mecânica (inspirada em critérios meramente funcionais) por uma relação “orgânica” na qual os indivíduos e grupos manifestem seu caráter. Para Ratzel, assim como para os românticos, os deveres da família, das classes, dos municípios, da igreja e do Estado são naturais.

O Estado teria o papel político de um organismo espiritual e moral. A articulação do povo com o solo dependeria da participação com seu “espírito”, cultura e sentimento territorial (COSTA, 2013). Aspectos relacionados à condição territorial de um determinado Estado – como extensão geográfica, integração interna, articulações e conexões externas, densidade técnica etc. – estariam essencialmente atreladas ao “espírito” de um povo.

As análises descritivas dos elementos de determinadas regiões estavam subordinadas à busca pelo entendimento das forças de coesão nacional. A agricultura, as redes de cidades, os sistemas de transporte, a população, as fronteiras, dentre muitos outros temas, eram estudadas segundo sua função para o alcance e manutenção da coesão do Estado territorial. A constituição de uma malha técnica (sistemas de transporte e comunicação) e de uma malha política (redes de cidades, capilaridade espacial de instituições etc.) como destaca Bertha Becker (1988) é fundamental para o poder sobre o território, seja ele exercido pelo Estado ou mesmo por atores não estatais. Não é por outro motivo que Paul Vidal de La Blache, um dos mais prestigiados críticos de Ratzel, entende que as estradas e as cidades são grandes iniciadoras da unidade do Estado (JUILLARD, 1965). Não por acaso também, La Blache empresta de Mackinder o conceito de “nodalidade” para designar as metrópoles como as encruzilhadas de onde emanam o máximo de fluxos de toda espécie e, por esta razão, com maior poder organizador (*Op. Cit.*).

É interessante notar que parte do que Ratzel faz é retomar um fator determinante da geografia feudal na Alemanha, fundamentalmente voltada para o controle da coroa sobre um determinado território. Trata-se do poder político. O primeiro golpe sofrido pela geografia medieval foi dado pela emergência da geografia burguesa com a publicação de *Comment of the Real Method of Geography* por Polycarpus Leyser em 1726, que funcionava como um protesto contra uma representação puramente política (FARINELLI, 2000).

Ao evidenciar que uma das bases da análise geográfica sobre a relação entre Estado e território está na identificação das forças centrífugas e centrípetas, Richard Hartshorne (1950) está se remetendo ao aspecto central do método fundado por Ratzel, amplamente caracterizado pela atenção basilar que depositava em temas acima descritos. Hartshorne (*Op. Cit.*) estabelece as forças centrípetas como *raison d'être* dos Estados. Essa “razão de existência” identificada com precisão por Hartshorne se tornou sinônimo de *raison d'état* em discursos geopolíticos acadêmicos cardinais durante o século XX. A solidez demonstrada por esse método encontra sua razão naquilo que Claude Raffestin (1993) denomina de “momento epistemológico”, isto é, o estabelecimento de um edifício teórico com a publicação de *Politische Geographie* em 1897.

Ao estabelecer o Estado territorial como objeto de estudo da Geografia Política, Ratzel, seus seguidores, e mesmo seus críticos europeus, estabelecerão no centro da análise as forças de coesão responsáveis por manter a integridade e/ou crescimento do “corpo político”. Nesse aspecto, Ratzel é profundamente influenciado pela filosofia hobbesiana, que como lembra Ernest Cassirer (1979) era fortemente marcada pela preocupação com o entendimento e funcionamento das forças de coesão do Estado monárquico. O fundamento da teoria política de Hobbes está no entendimento do Estado como um corpo. Isso significa que o mesmo processo de pensamento que nos guia para uma compreensão exata sobre a natureza do corpo físico é aplicado sem reservas ao Estado (CASSIRER, 1951). Assim como Hobbes, Ratzel dissolve o “Estado cívico” em um “Estado natural”, à medida que o corpo do Estado é o próprio território e sua amplitude material. Não por acaso, o geógrafo também interpretou a questão da segurança pela tradição hobbesiana. Como explicam Barry Buzan & Lene Hansen

(2012) essa tradição é caracterizada pela indissociabilidade da segurança em âmbitos estatal/coletivo e individual.

Mas se Ratzel deve sobretudo a Hobbes a sua leitura “orgânica” do Estado, encontrou em Hegel grande parte do aspecto “funcional” da sua geografia do poder. Em Hobbes, Espinosa e Rousseau, o povo, a nação e o Estado se confundem (RAFFESTIN, 1993). É precisamente Hegel quem estabelece uma relação racional entre esses termos. É nesse sentido que a Geografia Política fundada por Ratzel é também hegeliana (*Op. Cit.*). Com efeito, a “Geografia Política” de Ratzel é uma geografia do “Estado totalitário” (enquanto totalidade de um processo) em associação com um Estado todo-poderoso (*Op. Cit.*). Ao estabelecer uma funcionalidade geográfica no interior do Estado a entes como povo e nação, Ratzel oferece o primeiro sistema teórico sobre a relação entre poder e território.

É necessário reconhecer que o ovo da serpente estava depositado nessa geografia do “Estado totalitário”, tendo sido grande parte dos discursos sobre o território apropriados por teóricos nazistas, como demonstra Wanderley Messias da Costa (2013). Mas não se deve limitar a teoria ratzeliana ao aprisionamento ideológico e à concepção expansionista impostos por regimes fascistas. Ainda que essa visão unidimensional do Estado estabelecida por Ratzel tenha sido profundamente abalada pela emergência da revolução informacional, dos grandes movimentos civis e da contestação da *raison d'état* por forças sociais marginais a partir dos anos 1960, os fundamentos das teorias clássicas sobre o território e o poder permanecem capitais para o desenvolvimento de políticas territoriais.

De modo geral, Ratzel rompe não apenas com importantes axiomas da disciplina geográfica clássica praticada pelos iluministas, mas também com os embasamentos de uma segunda geografia, entendida enquanto uma forma genérica de conhecimento marcada, segundo Charles Withers (2007), por discursos sobre o mundo através da observação, coleta, comparação, classificação, mapeamento etc. Esses discursos eram erigidos por antigos viajantes, navegantes, comerciantes e escritores como explica Edward Said (2003) – estando hoje ainda presentes, segundo Yves Lacoste (1988) e Gearóid Ó Tuathail (1998), pelas “geografias imaginárias” postas pelos meios de comunicação. O rompimento de Ratzel com essas duas práticas geográficas do seu

tempo ocorre por uma investigação nomotética de um objeto específico, o Estado territorial.

Ainda que a ênfase esteja no território, o Estado de que trata a Geografia Política é, como adverte Raffestin (1993), o Estado-nação que emergiu da Revolução Francesa. Evocando Richard Muir em sua obra *Modern Political Geography*, Raffestin (*Op. Cit.*) acentua que o Estado existe quando uma população se instala num território e nele exerce soberania. Mas estamos num contexto em que a soberania tradicional westfaliana é desafiada pela emergência de novos regimes de autoridade espacial (blocos regionais e instituições multilaterais globais) como mostra John Agnew (2008), e pela participação ativa de uma plêiade de atores políticos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ambos fatores causam grande impacto à tradicional *raison d'état*. De modo mais preciso, Jean Gottmann (1973) observa dois aspectos responsáveis por transformar o significado do território no século XX, com acentuada influência à própria natureza do poder soberano. Primeiro, o progresso tecnológico libertou o povo das amarras estreitas ao espaço nacional aumentando sua mobilidade, assim como também das coisas. Segundo, o poder soberano tornou-se cada vez mais concentrando no povo e exercido por representantes eleitos. Trata-se de um deslocamento dos interesses estratégicos depositados exclusivamente no Estado, para as demandas políticas e sociais trazidas pela sociedade civil.

Na segunda metade do século XX, parte da comunidade geográfica não mediu esforços para se distanciar do *rationale* estabelecido por Ratzel. Mas o fez por meio de dois graves equívocos: Primeiro, passou a limpo sua teoria pelas lentes do marxismo, preferindo reduzi-la ao naturalismo, uma ideologia a serviço do imperialismo europeu. André-Louis Sanguin (1977) critica exatamente esse exagero de muitos intérpretes em apreender toda obra de Ratzel como um manual expansionista. Um determinismo vulgar que reduz o mundo internacional aos interesses da classe dominante. Segundo, buscou se livrar da estrutura conceitual presente em suas obras. Muitos ignoraram o fato de que para além de uma geografia do Estado, Ratzel produziu a síntese mais complexa do pensamento geográfico, fazendo interagir a razão epistemológica dos iluministas com a razão política. Fustigados por um terrível senso de inferioridade, muitos geógrafos privilegiaram categorias e conceitos sociológicos em suas reflexões sobre o Estado territorial.

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

O deslocamento de parte do centro dinâmico dos interesses estratégicos do Estado para o povo não invalida necessariamente o edifício teórico de Ratzel. Se sua racionalidade territorial serviu antes de mais nada para fazer a guerra, seu aparato teórico e conceitual também permite atender à demanda de novos atores empoderados no decorrer das últimas décadas. Para isso faz-se necessário romper com a concepção de autonomia do Estado em relação a outras causas da vida social, uma armadilha que não aprisionou somente Ratzel, mas também grande parte da teoria política como observam John Agnew & Stuart Corbridge (1995). Afinal, essa mesma racionalidade é fundamental para o exame das malhas técnicas e políticas que constituem o território, aspecto indissociável de qualquer estratégia de desenvolvimento político e econômico do Estado moderno.

Epistemologicamente, Ratzel é um cruzamento de referências à medida que seu “naturalismo” hobbesiano aparece associado ao determinismo ambiental presente, com maior ou menor grau, em renascentistas como Nicolau Maquiavel, ou, como explicitamente lembrado em um de seus mais importantes trabalhos, *Geografia do Homem* (1990), em iluministas tais quais Montesquieu e Buffon. Soma-se a essas influências, o próprio naturalismo do século XIX, mais precisamente as concepções neolamarckianas. De acordo com David Livingstone (2001), a concepção orgânica de Estado em Ratzel, assim como o conceito de espaço vital (*lebensraum*), se sustenta mais em teorias neolamarckianas do que em perspectivas darwinistas, como advogaram muitos de seus críticos ao longo de mais de um século. A indissociabilidade ratzeliana entre sociedade e natureza estava subordinada a uma percepção em que um arranjo complexo, portanto, um sistema natural mais abrangente, guiava os processos evolutivos particulares.

É preciso compreender que, ao buscar constituir uma teoria do Estado, Ratzel almejava identificar a natureza e a estrutura espacial do poder. Considerando que o contexto sob o qual estabelece sua teoria é marcado pelo processo de unificação alemã (COSTA, 2013), Ratzel se ocupou de modo mais sistêmico – e focado nas grandes forças de coesão e fragmentação – da estrutura interna de poder territorial, portanto, do espaço nacional. É aqui que reside o centro da sua concepção autoritária de Estado. Ratzel subordina os processos sociais aos condicionamentos naturais e parte do princípio de um Estado forte e centralizador que depende de uma unidade espacial. Esta, por sua

vez, está associada a conexões espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado (Op. Cit.). Trata-se da unidade nacional-territorial comandada fundamentalmente pelo poder central (Op. Cit.).

Se a teoria de Ratzel perdeu força perante a comunidade de geógrafos, seu aparato teórico e conceitual continua relevante para a Geopolítica. Apesar das inúmeras revisões críticas sofridas pela disciplina, desde meados dos anos 1970, conceitos ratzelianos como centro e periferia continuam importantes e atuais. A preocupação com a estrutura territorial consolidou um modelo de análise do Estado, denominada por Claude Raffestin (1993) de morfofuncional. A organização espacial do Estado – ou a estrutura de poder territorial – possui uma funcionalidade que atende a seus objetivos políticos. Essa preocupação com a forma e a função está presente até mesmo entre críticos consagrados da vertente ratzeliana na Europa e nos Estados Unidos. Franceses como Camille Vallaux (1914) e Jean Gottmann (1972; 1973) propuseram formas de análise política do território sem nunca superar o modelo morfofuncional. Dentre os norte-americanos – sem entrarmos nos meandros do determinismo estreito que acometeu estudiosos da importância de Ellen Semple (1911) – foram Isaiah Bowman (1944;1946) e Richard Hartshorne (1935a; 1935b; 1950) os mais explícitos pesquisadores que, ao almejarem formular uma abordagem à disciplina, mostraram-se completamente presos ao modelo morfofuncional.

Inegavelmente, a análise morfofuncional encontra-se limitada pela revolução informacional e pela emergência de novos atores políticos com alcance territorial. Entretanto, mantém-se como a forma mais bem-acabada de exame da atuação territorial de um ator político, ainda que seu maior papel tenha sido o de ferramenta de legitimação do poder tradicional do Estado. Mas, se associado a formas mais contemporâneas de análise territorial, o estudo da estrutura morfofuncional funciona como um poderoso contra-discurso. O adensamento das malhas técnicas e políticas, as políticas de desenvolvimento regional e dinamização das fronteiras, para ficarmos em poucos exemplos, não estão mais sob o jugo exclusivo do Estado tal como privilegiam modelos morfofuncionais. Esses fatores estão associados à participação crescente da sociedade civil.

O longo esforço de resgate da Geopolítica, feito nas últimas décadas por pesquisadores de diversos países, apenas se torna relevante por meio da recuperação

crítica da base conceitual deixada pelos seus fundadores. Não é prudente ignorar a existência de uma estrutura teórica longamente desenvolvida que denota uma tradição e uma forma particular de examinar a relação entre política e território. A herança ratzeliana, apesar das muitas décadas de escrutínio crítico, consolidou o mais completo sistema teórico de análise da estrutura territorial de poder do Estado. Mesmo numa perspectiva interna (portanto do território nacional) esse sistema é fundamental ao estudo do mundo internacional. Suas ferramentas conceituais contribuem para o exame de relações de conflitos e, mais recentemente, até mesmo de cooperação. Dinâmicas de equilíbrio de poder, alianças bilaterais e multilaterais, conflitos fronteiriços e disputas por recursos naturais encontram na teoria deixada por Ratzel importantes contribuições para sua reflexão.

Sob a perspectiva das relações internacionais, o realismo político encontra poderoso eco no sistema teórico fundado por Ratzel. A visão monolítica do Estado-nação, em grande parte obscurecendo suas heterogeneidades e conflitos internos, aspecto comum em Geopolítica, é uma característica das teorias realistas e neorealistas (AGNEW & CORBRIDGE, 1995). Muitas políticas de poder dos Estados se moveram no século XX se apropriando de discursos territoriais gestados pela Geopolítica, sendo o caso mais emblemático, mas não o único, o emprego autoritário do conceito de *lebensraum* pelo nazismo.

Essa relação entre Geopolítica e política internacional está longe de se limitar a apropriações nazistas e fascistas. Diversos teóricos provenientes de países liberais democráticos também se ocuparam do entendimento de uma estrutura territorial de poder internacional. As articulações internacionais dos Estados, o desenho territorial de seus projetos de dominação e/ou influência continental e planetária, as implicações externas de sistemas de integração de territórios nacionais, e a expansão econômica além-mar, dentre muitos outros aspectos, estiveram no âmago de teorias geopolíticas sobre o mundo global.

Halford J. Mackinder e as estruturas territoriais externas de poder

Influenciado por Ratzel e partindo de perspectivas correlatas quanto a relação entre Estado e território, mas com uma agenda de estudos em direção oposta àquela de

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

entendimento da estrutura interna de poder, Mackinder é justamente o geógrafo que inaugura o mais influente modelo de análise geopolítica das relações internacionais. O impacto que sua teoria exerceu sobre a política internacional das potências grandes e médias no século XX não encontra paralelo. Para ser mais preciso, Mackinder estabelece em dois dos seus mais influentes trabalhos – *The Geographical Pivot of History* (1904) e *Democratic Ideals and Reality* (1919) – um poderoso sistema de representação geopolítica do mundo frente às transformações políticas e tecnológicas no limiar do século XX.

O geógrafo britânico não foi o primeiro a propor modelos de representação geopolítica do mundo moderno. Estas emergem com o advento do Estado westfaliano, que desde o seu aparecimento carrega três princípios: a primazia da política, unidade de identidade e o território (RETAILLÉ, 2000). De Tordesilhas (1494) à Conferência de Berlim (1884), quatro séculos de história testemunharam o aparecimento e difusão de diferentes representações (*Op. Cit.*). Algumas como a imperialista, baseado na conquista colonial, e a estatal, com o agrupamento de Estados em unidades regionais, econômicas etc., se consolidaram como uma das maiores expressões de poder internacional das potências (*Op. Cit.*).

As representações estão subordinadas ao processo de imaginação geopolítica. Embora o equilíbrio de poder entre as potências dominantes tenha se transformado com o passar dos séculos, assim como a natureza da economia política internacional (Ó TUATHAIL, 1998), essa imaginação continua, como alegam Agnew & Corbridge (1995), predominante no estabelecimento de condutas da política mundial, sobretudo das potências. O “discurso geopolítico” que dela é indissociável, é apreendido enquanto uma forma de organização hegemônica de representações do espaço mundial (Ó TUATHAIL, 1998).

Mackinder foi o responsável pela síntese mais bem-acabada de uma representação geopolítica do mundo, no bojo de uma imaginação geográfica estabelecida pela hegemonia global exercida pelo Império Britânico até a Primeira Guerra Mundial. Demonstrando sintonia com as mais influentes propostas teóricas da geografia europeia da segunda metade do século XIX, dedicou grande parte dos seus esforços a uma tentativa de “visualização” do globo. Fortemente influenciado por Jean Jacques Rousseau, sempre ressaltou a superioridade da visualização sobre o texto (Ó

TUATHAIL, 1996). Assim como Rousseau, considera a escrita uma atividade complementar àquela que deve ser a primeira: observação e visualização. Em sintonia com grande parte do pensamento social da segunda metade do século XIX, entende que o geógrafo deve preservar em seu trabalho a neutralidade através de uma linguagem puramente descritiva (*Op. Cit.*).

A importância dada por Mackinder ao olhar representacional é também herdeira da perspectiva desenvolvida pela História Natural a partir do século XVII. Dessa forma, o homem toma o lugar de Deus e do rei no pensamento moderno, tornando-se um sujeito transcendental que reserva o poder soberano de ver o mundo em sua totalidade, entendendo a natureza como um inventário de lugares (*Op. Cit.*). Da História Natural, e dos Iluministas em geral, Mackinder toma emprestado o método de “ordenar” o espaço mundial. Segundo Charles Withers (2007), a linguagem iluminista estava impregnada por uma linguagem geográfica, em que o mapa funciona como um importante dispositivo classificatório que serve para ordenar o conhecimento sobre o planeta. Mapear tornou-se uma forma material de governança estatal e ordenamento espacial na Era da Razão (*Op. Cit.*). A visualização encampada pela abordagem mackinderiana é guiada por um perspectivismo cartesiano, em que o olhar do observador é externo ao objeto observado (Ó TUATHAIL, 1996). Mackinder, com sua pretensa objetividade científica, parte do pressuposto de que o mundo é uma realidade externa ao pesquisador, que deve decifrá-lo por meio de um olhar epistemológico. Caberia à Geografia Política representar a organização espacial característica da Era Moderna: um mundo ordenado por Estados territoriais.

Assim como Ratzel, o geógrafo britânico estabelece sua teoria como um cruzamento de referências. A crença de Hegel (2004) de que a importância da natureza não pode ser superestimada ou subestimada encontra paralelo na teoria mackinderiana, que ao mesmo tempo em que se esforça para negar o determinismo, empenha-se para demonstrar um certo grau de co-determinação. No artigo *On the Scope and Methods of Geography* (1887) Mackinder defende que o meio (entendido como região natural) é alterado pelo homem e a ação desse meio no seu futuro é conseqüentemente transformada. Seus trabalhos demonstram uma preocupação com o desenvolvimento das tecnologias, sobretudo as de comunicação e transporte, devido ao impacto nas políticas dos Estado. Com isso em mente, destaca nesse trabalho que a descoberta da

rota do Cabo para a Índia e do Novo Mundo levou à queda de Veneza. Lembra ainda que a invenção do motor a vapor e do telégrafo possibilitou a grande dimensão dos Estados modernos.

Mas a crença numa relação “orgânica” entre o homem e o meio é parte de um edifício teórico mais amplo e complexo. Dessa forma, Mackinder refuta a Geografia Política como mera análise da relação do homem com o seu meio. A disciplina deveria se ocupar em sua principal função, portanto, de traçar as relações do homem em sociedade e do seu meio enquanto varia localmente. O que define como sociedade são as comunidades humanas, cuja organização mais bem-acabada, em sua perspectiva, seria o Estado moderno. Mackinder organiza seu pensamento tendo como partida as mesmas bases da geografia regional que influenciou Ratzel em seus estudos sobre o Estado territorial.

Enquanto o método ratzeliano era ordenado pelo entendimento das forças de coesão responsáveis pela integração territorial do Estado moderno, o geógrafo britânico estava preocupado com a unicidade do Império Britânico além-mar. Fundamentava-se no mesmo referencial teórico construído para a interpretação do Estado territorial, embora focado nos interesses globais do império. De modo semelhante à vertente prussiana, Mackinder não demonstra nenhum problema em subordinar as liberdades individuais aos interesses maiores do Estado. Inspirado na figura de Otto von Bismarck e no processo de unificação alemã comandado pelo “chanceler de ferro”, Mackinder defende em *Democratic Ideals and Reality* a necessidade de um *organizer*. Trata-se, em sua concepção, de um homem forte e responsável por pensar os interesses estratégicos do país. Apesar de defender o Império Britânico e definir a propriedade privada como sua unidade de poder e não o próprio Estado, como no modelo geopolítico prussiano, Mackinder não comungava dos ideais liberais de Estado e de liberdade civil. Ao contrário, seu trabalho é baseado no realismo hobbesiano e tem como objetivo maior a defesa da monarquia. Ataca o modelo de liberdade do liberalismo vitoriano, acusando-o de enfraquecer os cidadãos em favor dos interesses privados. Inspirado em Hobbes, para quem, como destaca Quentin Skinner (2012), o alcance da liberdade está no cumprimento da lei e nas limitações de ação individual postas pelo soberano, Mackinder subordina os cidadãos ao *organizer* e ao arranjo político voltado ao poder global do império. Membro da prestigiada *Royal*

Geographical Society, foi o responsável por estabelecer a geografia como disciplina acadêmica e escolar na Grã-Bretanha. Autor de uma série de livros didáticos implementados pelo governo, Mackinder entendia ser responsabilidade da disciplina preparar os cidadãos e futuros homens de Estado a pensar imperialmente.

Para Ó Tuathail (1992; 1998) o comprometimento de Mackinder com o imperialismo britânico do final do século XIX determinou todo seu esforço para projetar a Geografia como *statecraft*. Mackinder acreditava na ciência como forma de revelação de uma lógica e uma “ordem natural” subjacente à sociedade. A sua abordagem, denominada de *New Geography* por alguns comentadores, busca dar uma nova função à Geografia em um mundo “completo” devido ao fim da era das grandes descobertas, e em acelerada integração com o desenvolvimento de novos meios de transporte. R. Mayhew (2000) lembra que, para Mackinder, a geografia não deveria ser uma disciplina somente descritiva, como dela fez, de Karl Ritter a Alfred Hettner, o método regional de base iluminista. Deveria proporcionar a população um olhar mundial que integre o espaço de existência, desde a menor até a maior escala. A sua concepção sobre a disciplina não se separa da política. A Geografia seria um guia da política. Mayhew (*Op. Cit.*) vai um pouco além e inverte a questão: não teria se tornado a política o guia para a Geografia de Mackinder?

Visando compreender as relações internacionais sob a perspectiva do Império Britânico, Mackinder relaciona o ordenamento do mundo natural com outro, o do mundo político. Publica em 1919 - vinte anos antes de *The Twenty Years' Crisis* de Edward H. Carr – *Democratic Ideals and Reality*, em que apresenta um aprofundamento da tese lançada em *The Geographical Pivot of History* (1904). O livro é uma defesa do realismo em contraposição ao liberalismo econômico e ao emergente idealismo. O liberalismo é acusado de pauperizar a população, além de enfraquecer os interesses do Estado. Como membro do Parlamento Britânico pelo Partido Conservador entre 1910 e 1922, Mackinder foi um ferrenho defensor da reforma tarifária rejeitando o livre comércio que havia se tornado espinha dorsal do liberalismo sob Willian Gladstone (MAYHEW, 2000). Assim como Edward H. Carr, Mackinder era um crítico severo daquilo que Martin Griffith (2011) destaca como crença na harmonia natural de interesses provenientes do *laissez-faire*. Do mesmo modo que o realismo de

Edward H. Carr, o “realismo geográfico” de Mackinder era uma resposta ao crescimento do idealismo no entreguerras e a criação da Liga das Nações.

O Partido Conservador era a favor da organização do Império Britânico como um bloco econômico contra a concorrência comercial dos rivais. O bloco deveria ser defendido com uma poderosa frota naval. R. Mayhew (2000) destaca que os conservadores advogavam a manutenção da supremacia marítima britânica, principalmente frente à frota naval germânica em expansão. O partido via a política nacional inseparável da política imperial, e entendia que a formação de um bloco imperialista equilibraria o excessivo livre-comércio vitoriano e a ameaça representada pelo socialismo baseado em políticas de classe com a ascensão do Partido Trabalhista (*Op. Cit.*).

O trabalho de Mackinder se popularizou pela oposição entre poder marítimo e poder terrestre. O primeiro conceito foi cunhado para definir a configuração geográfica dos impérios capitalistas, organizados para o comércio além-mar e tinha como principal referência a própria Grã-Bretanha. O segundo servia para explicar a situação geográfica da Rússia no limiar do século XX, projetando-se em grande parte da Eurásia, seja pelo exercício de dominação direta ou por influência. É preciso superar a leitura predominante que restringe a oposição entre os dois poderes ao aspecto geoestratégico. O poder terrestre aparece associado ao pragmatismo e ao realismo político do período enquanto que o poder marítimo está mais presente em países cuja principal diretriz da política internacional é o idealismo. Mesmo que a maior potência marítima do século XIX, a Grã-Bretanha, tenha sustentado sua posição global no equilíbrio de poder (KISSINGER, 1994), sua conduta estava fortemente pautada no idealismo presente no discurso liberal em defesa do comércio internacional e do mercado autorregulado, como demonstra Karl Polanyi (2001). A principal potência marítima em ascensão no período, os Estados Unidos, fazia do idealismo o principal fundamento do seu discurso sobre o mundo internacional. Malgrado o fato de o expansionismo pragmático de Theodore Roosevelt na primeira década do século XX ter marcado a projeção continental norte-americana, a característica primordial da internacionalização do país foi um discurso ideacional sobre liberdade e democracia.

O que Mackinder faz é um ordenamento do espaço mundial por meio da contraposição entre realismo e idealismo. De fato, o realismo era a base prioritária da política internacional em poderes terrestres (Rússia, Alemanha etc.) por serem países

cuja geopolítica estava calcada no expansionismo territorial, ou, para usarmos a expressão de Giovanni Arrighi (2008), no territorialismo. A defesa do comércio internacional fez com que as potências marítimas se aproximassem do idealismo, ainda que a *realpolitik* fosse um aspecto inextricável de sua conduta como demonstra o caso da Grã-Bretanha no Concerto da Europa e dos Estados Unidos com o seu expansionismo na América Central.

Os dois trabalhos de Mackinder também se caracterizam por defender a existência de um centro geoestratégico do mundo, denominando-o de “pivô geográfico da história”. Argumentam que a vasta zona de drenagem continental da Ásia Central fora por muito tempo o pivô geográfico da História ao testemunhar o surgimento de vastos impérios e seus respectivos impactos, diretos ou indiretos, sobre continentes adjacentes. Dentre as principais forças geopolíticas da região, os trabalhos destacam especialmente o Império Mongol, pela pressão que exerceu no final da Idade Média sobre as franjas da Europa, além de investidas sobre nações vizinhas como a China, Rússia, Índia etc. Para Mackinder, essa área continuaria como o pivô da política mundial no século XX (VENIER, 2004).

Essa análise geopolítica pode ser entendida como uma reflexão provocativa em política internacional defendendo a relevância da Geografia como suporte ao *statecraft* (*Op. Cit.*). Na era eduardiana, quando lançou a teoria do pivô geográfico, Mackinder buscava prever as futuras ameaças ao Império Britânico. A primeira delas era representada justamente pelo poder terrestre, que pela expansão das estradas de ferro russas garante coesão territorial a uma massa continental que cobria a maior parte da superfície terrestre. A nova força de integração não apenas daria coesão a essa vasta porção territorial, mas possibilitaria o controle da maior concentração de recursos naturais, população etc. A Rússia, segunda ameaça, toma lugar do império mongol, exercendo pressão geopolítica sobre a Finlândia, Escandinávia, Polônia, Turquia, Pérsia, Índia e China. Substitui as forças centrífugas exercidas outrora pelos homens das estepes (*Op. Cit.*).

Essa geopolítica é guiada por uma visualização do mundo em blocos de espaço. Almeja sempre a divisão e ordenação do espaço global em blocos rivais de poder. O que dá coesão a esses blocos é a posição geográfica, as alianças políticas e comerciais, a política imperialista, os sistemas de circulação continental ou ultramarina etc. As

forças de coesão são interpretadas à luz da tradição ratzeliana. Portanto, a *New Geography* de Mackinder atua pela mesma fusão entre análise regional de base iluminista e Geografia do Estado. Mas esta abordagem vai além, tendo se tornado a forma dominante de interpretação geopolítica das relações internacionais no século XX está, ainda hoje, na base da análise de estruturas espaciais de poder internacional, sejam elas fixas ou fluidas. Os blocos regionais, eixos de cooperação internacional, fluxos interestatais de comércio, tecnologia etc., formam estruturas espaciais de poder cuja análise constitui, direta ou indiretamente, um mecanismo de visualização do espaço mundial. Independentemente do tipo de estrutura espacial analisada na escala internacional, aspira-se necessariamente o entendimento de um arranjo geopolítico maior associado à escala global.

O aspecto mais explícito da crítica ao modelo elaborado por Mackinder está naquilo que Denis Rataillé (2000) observou de maneira precisa: as suas representações espaciais constituem processos de autorrealização geopolítica. Logo, o que está em jogo é o estabelecimento de um modelo explanatório de si mesmo, buscando justificar uma determinada superioridade estratégica, ao mesmo tempo em que ambiciona fornecer ferramentas de análise e intervenção buscando sua sustentação. A aspiração explícita à condição de arte de governo também se tornou presente em muitos geopolíticos que seguiram a tradição mackinderiana no século XX. Esse é o caso de Nicholas Spykman com seu trabalho *America's Strategy in World Politics* (1942), em que visava fornecer uma geoestratégia para que os Estados Unidos pudessem conter o avanço da URSS na Eurásia.

Há uma inegável clarividência nos escritos de Mackinder ao afirmar que a grande disputa do século XX se daria entre poder marítimo e poder terrestre. Ao expor a lógica que animava as rivalidades espaciais do seu tempo, o geógrafo britânico acabou antecipando as dinâmicas geopolíticas mais relevantes do futuro. O historiador John L. Gaddis defende em *Strategies of Containment* (1982), um dos mais importantes trabalhos sobre a Guerra Fria (1945-1991), que toda política de segurança nacional dos Estados Unidos nesse período é mackinderiana. A previsão de que o domínio da Rússia sobre a massa eurasiática se constituiria na maior ameaça ao domínio das potências marítimas se materializou com a ascensão nesse continente de um dos mais poderosos impérios da história.

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

De Harry Truman a Ronald Reagan, os Estados Unidos se empenharam em diferentes políticas de contenção ao avanço da União Soviética sobre a massa terrestre euroasiática. Desde o Plano Marshall implementado na Europa e Japão, passando pela política de triangulação posta em prática por Henry Kissinger na administração de Richard Nixon (1969-1974) visando quebrar o bloco sino-soviético, a base da política internacional dos Estados Unidos foi a busca por impedir a expansão do poder terrestre russo. O modelo geopolítico de Mackinder passou a constituir o imaginário de muitos homens de Estado sobre a configuração do poder mundial durante a Guerra Fria. As administrações norte-americanas acreditavam naquilo que expressou Ronald Reagan no relatório *National Security Strategy of the United States* (1988) enviado ao Congresso para debater sua política de segurança: os fatos da geografia são permanentes. O temor presente em todas as administrações norte-americanas durante a Guerra Fria foi posto de maneira explícita por Reagan, ao afirmar nesse documento que os interesses do seu país estariam sob ameaça caso um Estado (ou grupo de Estados inimigos) viessem a dominar o *heartland*.

Existem diversos exemplos a respeito do impacto da geopolítica de Mackinder sobre a política de Estado. Não obstante, a posição que desfruta como o fundador da disciplina ao lado de Ratzel está mais associada às suas contribuições para constituição de um corpo teórico do que à almejada condição de *statecraft*. No decorrer de mais de seis décadas de carreira, Mackinder alarga a abordagem fundada por Ratzel, desenvolvendo o método de interpretação geopolítica das relações internacionais para escala global. Ao analisar em *The Geographical Pivot of History* a completude do ecúmeno, Mackinder inova ao identificar o fim das grandes descobertas geográficas e o avanço das novas tecnologias de comunicação e transporte como aspectos desencadeadores de novas dinâmicas interestatais. Sem dúvida, Mackinder foi um dos primeiros teóricos a trabalhar as relações internacionais na perspectiva do mundo global, onde Estados e instituições políticas multilaterais atuam para além dos seus contextos regionais. Em seus trabalhos, o ponto de partida para entender a política internacional é o impacto de um mundo tornado cada vez menor para os conflitos entre os Estados territoriais.

Mackinder antecede os realistas clássicos em determinados temas. De certa forma, deve-se considerá-lo também um realista, ainda que distante do cânone. Para Lucian

M. Ashworth (2011), se entendermos o realismo não como um paradigma, mas como uma tradição de pensamento que relaciona a ação humana às disputas de poder cuja raiz está no mundo natural e não na ética e leis humanas, é possível identificar diversos escritores realistas no período entreguerras. Institui uma das primeiras interpretações das dinâmicas globais de equilíbrio de poder, mesmo subestimada por realistas clássicos. Raymond Aron (2002) reduz Mackinder à análise do terreno da guerra. Talvez por desconhecer a história epistemológica da Geografia, uma disciplina marginal à interpretação do mundo internacional, muitos estudiosos *mainstream* das relações internacionais ignoram a base teórica da Geopolítica, tratando-a como forma esotérica de conhecimento.

Ratzel e Mackinder estruturaram um saber sobre a espacialidade do mundo internacional, estratégico ao Estado e àqueles que ambicionam compreender as forças e os interesses que animam as relações clássicas de poder em relação ao território. Aos Estados, seus trabalhos representam o mais bem elaborado modelo de sistematização da atuação territorial, seja em escala doméstica, continental ou global. Aos estudiosos, muito além da posição de *statecraft*, torna possível a partir de uma perspectiva crítica, a reflexão sobre a atuação territorial dos Estados no contexto internacional ao longo da história.

Considerações Finais

As críticas mais austeras aos trabalhos fundadores da Geopolítica surge no interior da própria Geografia. Os geógrafos políticos se distanciaram desde o final da Segunda Guerra Mundial de agendas de pesquisa sobre o mundo internacional. Boa parte dos estudos tem se concentrado numa espécie de “geopolítica crítica”, isto é, um esforço de revisão de toda produção ao longo do século XX. Yves Lacoste, ao lançar em 1976 “A Geografia – Isso Seve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra”, estabelece praticamente uma negação a esse saber. O trabalho, que se tornou referência para toda geração posterior de geógrafos, reduziu a área a um ferramental a serviço dos interesses do Estado, ignorando toda base teórica estabelecida por seus estudiosos desde sua fundação. Essa tradição, embora de fundamental importância, foi capaz de distanciar parte da comunidade de geógrafos dos estudos sobre as relações

internacionais. A supremacia lacostiana contribuiu sobremaneira para o enfraquecimento da reflexão teórica na disciplina, levando à conseqüente proliferação das generalizações sobre o tema.

Geógrafos europeus fundaram a Geopolítica com ambição de estudo sistemático sobre o Estado e as relações internacionais. Devemos ter em mente que, apesar de todos as limitações e comprometimentos ideológicos amplamente conhecidos pelas comunidades de geógrafos e cientistas políticos, essa disciplina envolve uma teoria e um método próprios, que inaugura uma tradição específica de investigação destes dois objetos. Essa consciência é fundamental para a superação das recorrentes generalizações geopolíticas vazias promovidas por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, num período em que o aprofundamento do saber interdisciplinar é imperioso.

Portanto, uma reflexão crítica sobre os trabalhos de Ratzel e Mackinder precisa encarar uma dupla tarefa. Deve recuperar criticamente a teoria sobre o território e o poder em escala internacional, reconhecendo tanto aquilo que é fundamental à reflexão geográfica quanto o que está limitado, ora pela posição ideológica dos autores, ora pela transformação do contexto político mundial. Por fim, deve-se aprofundar o estudo da Geopolítica, de modo a resgatar suas contribuições teóricas capazes de estabelecê-la de fato como uma disciplina e não como mero discurso ideológico sobre o Estado e o território.

Referências Bibliográficas

- AGNEW, John. *Geopolitics: re-visioning world politics*. London: Routledge, 2003.
- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering space: hegemony, territory and international political economy*. London: Routledge, 1995.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. New York: Verso, 2008.
- ASHWORTH, Lucian M. Realism and the spirit of 1919: Halford Mackinder, geopolitics and the reality of the League of Nations. *European Journal of International*
- Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

Relations. Sussex, Vol. 16, No. 2, pp. 279-301, June, 2010.

BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*. Rio de Janeiro, Vol. 50, p. 99-125, Número Especial, 1988

BOBBIO, H.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Vol. 2 Brasília: Editora UNB, 1995.

BOWMAN, Isaiah. Geography vs. Geopolitics. In: WEIGERT, Hans. *Compass of the world: a symposium on Political Geography*. New York: McMillian Company, 1944, p. 40-52.

_____. The Strategy of Territorial Decisions. *Foreign Affairs*. Washington, Vol. 24, No. 02, p. 177-194, January, 1946.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. As questões-chave nos estudos de segurança internacional: o Estado, política e epistemologia. In: *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 51-75

CASSIRER, Ernest. *The philosophy of the Enlightenment*. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Edusp, 2013.

FARINELLI, Franco. Friedrich Ratzel and the nature of (Political) Geography. *Political Geography*. London, Vol. 19, No. 08, p. 943-955, November, 2000.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of containment: a critical appraisal of American national security policy during the Cold War*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*. London, Vol. 14, No. 03, p. 29-47, September, 1972.

_____. *The significance of territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

GRIFFITHS, Martin. *Grandes estrategistas das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

HARTSHORNE, Richard. *Perspective on the Nature of Geography*. Chicago: Rand McNally, 1960.

_____. Recent developments in Political Geography I. *The American*

Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

- _____. *Political Science Review*. Washington, Vol. 29, No. 05, p. 785-804, October, 1935a.
- _____. Recent developments in Political Geography II. *The American Political Science Review*. Washington, Vol. 29, No. 06, p. 943-966, December, 1935b.
- _____. The functional approach in Political Geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, Vol. 40, No. 02, p. 95-130, June, 1950.
- _____. *The nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past*. Lancaster: The Science Press Printing Company, 1939.
- HEGEL, G.W.F. *The philosophy of history*. Mineola: Dover, 2004.
- JUILLARD, Étienne. A região: tentativa de definição. *Boletim Geográfico (IBGE)*. Rio de Janeiro, No. 185, p. 224-236, Mar./Abr., 1965.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York, London, Toronto and Sydney: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia –isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LIVINGSTONE, David N. Environmental determinism. In: AGNEW, John; LIVINGSTONE, David N. *The SAGE handbook of geographical knowledge*. London: SAGE Publications, 2001.
- MACKINDER, Halford. *Democratic ideals and reality*. New York: Henry Holt and Company, 1942.
- _____. On the scope and methods of geography. *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography (New Monthly Series)*. London, Vol. 9, No. 03, p. 141-174, March, 1887.
- _____. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*. London, Vol. 23, No. 04, p. 421-437, April, 1904.
- MAYHEW, R. Halford Mackinder's "New" Political Geography and the geographical tradition. *Political Geography*. London, Vol. 19, No. 06, p. 771-791, August, 2000.
- Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical geopolitics: the politics of writing global space*. Minneapolis: Minnesota Press, 1996.
- _____. Postmodern geopolitics? The modern geopolitical imagination
- Antonio Marcos Roseira, Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar.

- and beyond. In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Salmon. *Rethinking Geopolitics*. New York: Routledge, 1998, p.16-38.
- _____. Putting Mackinder in his place: material transformations and myth. *Political Geography*. London, Vol. 11, No. 01, p. 100-118, January, 1992.
- POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2001.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. *La géographie politique: les concepts fondamentaux*. Paris: Fayard, 1987.
- REAGAN, Ronald. *National security strategy of the United States*. Washington: Brassey's Inc, 1988.
- RETAILLÉ, Denis. Geopolitics in History. *Geopolitics*. London, Vol. 05, No. 02, p. 35-51, September, 2000.
- SAID, Edward. *Orientalism*. London: Penguin Books, 2003.
- SANGUIN, André-Louis. A evolução e renovação da Geografia Política. *Boletim de Geografia*. Rio de Janeiro, Vol. 35, No. 252, p. 05-23, Jan./Mar., 1977.
- SEMPLE, Ellen Churchill. *Influences of the environment. On the basis of Ratzel's system of Anthro-Geography*. New York: Henry Holt and Company, 1911.
- SPYKMAN, Nicholas. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. New York: Transaction, 1942.
- SKINNER, Quentin. *Liberty before liberalism*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- VALLAUX, Camille. *Geografia social: el solo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro Ed., 1914.
- VENIER, Pascal. The geographical pivot of history and early twentieth century geopolitical culture. *The Geographical Journal*. Londres, Vol. 170, No. 04, p. 330-336, December, 2004.
- WITHERS, Charles W. J. *Placing the Enlightenment: thinking geographically about the Age of Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.